

UMA EXPERIÊNCIA COM A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: A FICÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL

Ivanete de Jesus Rocha

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
ivanete.jrvc@gmail.com

Thalita Fernandes Santos

Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC
thalitafernandessantos@hotmail.com

Resumo: No Brasil, historicamente, os surdos foram - e ainda são – estereotipados como inferiores e classificados como dignos de pena e incapazes de passar pelo processo educativo, isso se deve, sobretudo, ao fato destes usarem uma língua diferente do português. É fundamental analisarmos e pesquisarmos o papel social da educação na mudança desse quadro histórico, ao trazer conhecimentos básicos a respeito da Língua de sinais, bem como o entendimento da cultura surda e sua identidade para alunos pertencentes ao ensino fundamental, com a oferta dessa língua como disciplina no currículo da educação básica. Nosso estudo visa relatar algumas experiências, vivenciados por duas graduandas, ouvintes, que buscaram, por meio dos seus conhecimentos a respeito da cultura e da identidade surda, bem como da LIBRAS, “viverem” como pertencentes a esse grupo, para, por meio dessa “ficção” fomentarem discussões acerca da inclusão dos surdos, e do mesmo modo, do uso da Língua Brasileira de Sinais nos espaços sociais. Os resultados obtidos pelas experiências realizadas evidenciam a realidade de muitos surdos ao frequentarem os diversos espaços de interação social e demonstram os efeitos e implicações da inserção da LIBRAS, como disciplina curricular da educação básica e as contribuições que essa possibilidade permite vislumbrar no aumento da comunicação, na socialização e conhecimento de uma língua espacial e motora no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação básica. Libras. Surdez e preconceito.

INTRODUÇÃO

De início, o nosso estudo objetiva investigar como os indivíduos da sociedade reagem quando se deparam com a cultura e língua de Sinais, que no decorrer do tempo foi naturalizada como inferior, bem como estudar a relevância do conhecimento língua em questão nos diversos meios sociais, para uma efetiva comunicação e inserção dos sujeitos

surdos. Para tanto, as graduandas cujas experiências embasam as discussões aqui expostas serão identificadas pelas iniciais I.R. e T.F. e são ingressas no curso de nível superior, respectivamente em pedagogia, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Psicologia, na Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), ambas situadas no Município de Vitória da Conquista – BA, cidade onde foram realizadas as vivências que fundamentam as considerações aqui apresentadas. Assim sendo, objetivamos, como efeito da experimentação, discutir a maneira como a educação pode contribuir para maior visibilidade dos sujeitos surdos e para as desconstruções de certos estereótipos que naturalizam preconceitos e discriminações e no que diz respeito à inserção da LIBRAS como Disciplina Curricular da Educação Básica.

A língua Brasileira de Sinais – LIBRAS- foi oficializada no Brasil por meio da lei 10.436, de 24 de abril de 2002 e regulamentada pelo decreto 5.626/05 (BRASIL, 2012). Esse momento histórico foi um marco vitorioso na vida dos sujeitos surdos. Entretanto, a socialização da língua em questão nos mais diversos ambientes públicos e privados da sociedade ainda não se tornou uma realidade no cotidiano destes indivíduos, pois o desconhecimento da língua pela maioria dos ouvintes evidencia o descaso de ambientes sociais e públicos. Os surdos ainda são caracterizados e estereotipados como inferiores e, muitas vezes, discriminados pela sociedade. Desse modo, indaga-se o papel social da educação na mudança desse quadro histórico, ao trazer conhecimentos básicos a respeito da Língua de Sinais, bem como o entendimento da cultura surda e sua identidade para alunos pertencentes ao ensino fundamental, através da oferta dessa língua como disciplina no currículo da educação básica.

A Surdez

De acordo o Ministério da Educação (2006), a surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. O documento demonstra que há vários tipos de surdez, as quais variam de acordo com os diferentes graus de perda da audição. Pela área da saúde, o indivíduo com surdez pode ser considerado parcialmente surdo (deficiente auditivo – DA), podendo possuir surdez leve, onde o indivíduo apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras; a voz fraca ou distante também não é ouvida. No entanto, essa perda auditiva não

impede a aquisição normal da língua oral. Já na surdez moderada, o indivíduo apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida (MEC, 2006, p. 19).

Em conformidade com o Ministério da Educação (2006), a pessoa com surdez severa, apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda vai permitir que o sujeito identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até aos quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Nesse caso, se a família estiver bem orientada pela área da saúde e da educação, a criança poderá chegar a adquirir linguagem oral. Já a pessoa com surdez profunda apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a língua oral, por conseguinte, esse indivíduo geralmente utiliza uma linguagem gestual, e poderá ter pleno desenvolvimento linguístico por meio da língua de sinais (MEC, 2006, p. 19-20).

A língua brasileira de sinais e sua importância na inclusão do sujeito surdo

De acordo a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS (2006), a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a língua natural/oficial das comunidades surdas. A LIBRAS foi desenvolvida a partir da Língua de Sinais Francesa, no entanto, vale enfatizar que, as línguas de sinais não são universais, ou seja, cada país possui a sua. As LIBRAS possuem uma estrutura gramatical própria e os sinais são formados por meio da combinação de formas e de movimentos das mãos e de pontos de referência no corpo ou no espaço (FRONZA; MUCK, 2012), sendo assim, o que diferencia a Línguas de Sinais das demais línguas é somente a sua modalidade visual-espacial/motora.

Conforme Fronza e Muck (2012), a LIBRAS têm papel fundamental na constituição da identidade do surdo, pois é através desta que há o reconhecimento do surdo como parte integrante de uma comunidade e de uma cultura, além de colaborar no seu processo comunicativo e no seu desenvolvimento cognitivo. Lopes (2004) *apud* Fronza e Muck (2012), afirma que a língua de sinais é um elemento mediador entre o surdo e o meio social em que vive, através do qual ele demonstra suas capacidades de interpretação do mundo. Além do mais, Rodrigues e Antunes (2003) *apud* Fronza e Muck (2012), ressaltam também que a

língua de sinais é imprescindível ao surdo, no sentido de ativar a sua competência linguística, favorecendo as estruturas cognitivas que o ato de ler e o de escrever demandam, além de possibilitar ao mesmo a capacidade de expressar-se de forma segura.

Como citado anteriormente, a LIBRAS é considerada a língua materna dos surdos e, após anos de lutas, desafios e movimentos sociais, houve conquistas, como o amparo legal, como por exemplo, da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, onde se reconhece a Língua de Sinais como meio legal de comunicação e expressão de surdos e também ouvintes e o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei; preconizando assim a inclusão social do surdo.

Para uma Cultura Surda

Nessa seção, expomos algumas concepções e conceitos de cultura e identidade em geral e a partir de tais considerações visamos a investigar tais noções em relação aos sujeitos surdos. Segundo Kraemer (2012, p.79) a cultura é “como um campo onde são produzidos diferentes posições de sujeitos e de identidades”. Dessa forma, a instância cultural proporciona a relação entre sujeitos em diversos contextos sociais.

Desse modo, nos dias atuais, refletir sobre cultura implica problematizar questões vinculadas à “identidade” de cada sujeito vinculado aos grupos sociais ao qual pertencem e o modo como se compreende ou se vê investigado por práticas sócio- históricas diversas:

Cada sujeito pode, no decurso da sua vida, vivenciar processos múltiplos de identificação. Com isso, entende-se que é improdutivo buscar por uma única identidade, ou então afirmar que todos os sujeitos que participam de um mesmo grupo cultural vivenciam a singularidade do mesmo processo de constituição da identidade. As identidades dos sujeitos são múltiplas, em função das variedades, posições assumidas por cada um se elabora um processo de identificação própria a cada sujeito (KRAEMER, 2012, p. 81).

Assim sendo, o processo de constituição de identidade é independente do grupo cultural no qual o sujeito está inserido, uma vez que ele vivencia sua singularidade e constrói um modo de compreender o mundo ao seu redor, desenvolvendo concepções críticas e visões diferenciadas sobre as questões que o interpelam. De forma semelhante, os surdos desenvolvem uma identidade a partir de diversas comunidades sociais que o rodeiam, pois apesar desses sujeitos estarem inseridos no mesmo grupo manifestam “experiências culturais e identitárias de forma particular e multifacetada” (KRAEMER, 2012, p.84).

A comunidade surda busca implementar a educação bilíngue como forma de significação da identidade, entretanto, como afirma Kraemer (2012) nem todos os “surdos vivenciam essa concepção identitária, alguns surdos optam por implantes cocleares, pelo uso de aparelhos auditivos”. Tais indivíduos são considerados surdos que buscam se aproximar de características das pessoas ouvintes.

Em vista disso, a língua de sinais é constituída como meio operador para desenvolvimento social das pessoas surdas, daí a importância das políticas públicas, bem como, das pessoas ouvintes conhecerem e aprenderem a língua de sinais para a comunicação efetiva desses sujeitos na sociedade, assim como diz Kraemer (2012):

Portanto, pensar em uma educação pautada em uma diferença que intraduzível requer um olhar voltado para a forma pela qual os surdos interagem com o mundo. Essa forma de interação encontra-se alicerçada na comunidade por meio da língua a língua de sinais. Assim sendo, somente pode-se pensar em uma educação inclusiva a partir do momento em que foram produzidas práticas bilíngues (KRAEMER, 2012, p. 85-86).

A partir da concepção de Kraemer (2012) sobre o que significa pertencer a uma cultura e ter identidade, percebemos o papel fundamental que a educação precisa desenvolver nesse processo, para que se construa maior visibilidade dos indivíduos surdos, como, por exemplo, propor LIBRAS como disciplina curricular da Educação Básica, para que educandos ouvintes, desde os anos iniciais, conheçam a forma pela qual os sujeitos surdos interagem no meio social.

A importância da linguagem

Santana (2013) demonstra que, para a sociedade se estabelecer e atingir o desenvolvimento que hoje é presenciado houve a necessidade de uma interação - comunicação - entre os indivíduos, a qual foi possibilitada através da linguagem. Com isso, podemos perceber que a linguagem tem um papel fundamental na vida das pessoas, uma vez que é através desta que transmitimos informações, ideias e sentimentos.

O autor supracitado ainda nos traz que, para o desenvolvimento - pessoal social e cultural - do indivíduo, é imprescindível que ele tenha contato e adquira uma língua desde os primeiros anos de vida, pois, como destaca Vygotsky (1993) *apud* Santana (2013), a aquisição de um sistema simbólico, como é o da língua, possibilita ao ser humano descobrir novas formas de pensamento e de integração ao meio, transformando sua concepção de mundo.

A linguagem é um meio de comunicação que permeia todas as formas de socialização, dessa forma, os indivíduos que não possuem deficiência auditiva ou surdez, utiliza em sua maioria a linguagem oral como meio de comunicação. Os diversos grupos sociais de ouvintes possuem uma forma particular de se comunicar, portanto, cada povo possui uma linguagem falada ou escrita que lhe é própria, e isso é o que diferencia a comunicabilidade entre os países. Assim sendo, de maneira semelhante à diferenciação entre a comunidade ouvinte nas distintas regiões do planeta no desenvolvimento de formas de comunicação, os surdos também adotam meios para a realização da mesma (SANTANA, 2013).

Contudo, dentre os vários sistemas linguísticos, destaca-se a Língua Brasileira de Sinais, que, como citado anteriormente, é a língua oficial utilizada pelos surdos no Brasil, para se comunicarem de forma efetiva, podendo ser usada tanto pela comunidade surda como pela comunidade ouvinte (SANTANA, 2013). Dessa maneira, Sá afirma que:

Não há como negar que o uso da Língua de Sinais é um dos principais elementos aglutinantes das comunidades surdas, sendo assim, um dos elementos importantíssimos nos processos de desenvolvimento da identidade surda/de surdo e nos de identificação dos surdos entre si (2000, p.106).

A surdez e o preconceito

Conforme Witkoski (2009), falar sobre surdez e preconceito é narrar uma das interfaces do ser surdo. A autora supracitada produziu um estudo em 2011, que demonstra como a história de desrespeito às pessoas com deficiência é marcada pela crueldade e desumanidade. A estudiosa ainda afirma que a pessoa que não ouve é tratada como se não tivesse condições, por exemplo, de aprender. Com isso, as pessoas surdas acabam ficando dentro de um contingente de pessoas absolutamente discriminadas e estigmatizadas, que por muito tempo não tiveram sua condição de ser humano reconhecido como tal.

O cenário de estigmatização das pessoas surdas sofreu poucas modificações nos nossos dias, uma vez que ainda vigora o preconceito e a desconsideração da língua de sinais e a forma de aprendizagem, a identidade, enfim, toda a sua cultura surda. Vale lembrar que essa cultura vem sendo construída com muita luta pelas próprias comunidades Surdas e por seus militantes, que apoiam, de certa forma, a resistência Surda, através de protestos e de posturas

diferenciadas acerca da ideologia política dominante (FILHO et al, 2011). Assim sendo, no que diz respeito à naturalização do preconceito, Skliar (1997, p.12) afirma que: “O Homem seria Homem se não fosse surdo, se não fosse cego, se não fosse retardado mental, se não fosse negro, se não fosse homossexual, se não fosse fanático religioso, se não fosse indígena, etc”. Estas considerações demonstram de forma clara, o caráter de incompletude relacionado às diferenças, com isso percebemos que é comum nos referirmos ao mundo surdo de maneira estereotipada, mesmo quando o nosso objetivo é o de abrir os braços para a diferença.

Machado (2008, p. 24) observa que a maioria das escolas regulares com alunos surdos adere à abordagem oralista, não aventando outras perspectivas. Segundo o autor, “parece haver um consenso mudo, por exemplo, sobre o fato de que, se todos falam, esse estudante deve também falar”. Obviamente, falar é limitado à concepção ouvinte que a restringe às línguas processadas pelo canal auditivo-oral, não reconhecendo a modalidade visual-motora da língua de sinais como a natural dos surdos. Portanto, as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las e a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão (FILHO et al, 2011).

Ensino da LIBRAS para alunos da educação básica

O ensino da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) se constitui algo relativamente novo na maioria das instituições públicas regulares e não só nestas, mas em muitos ambientes públicos, como bancos, lojas, igrejas etc. Muitos alunos e cidadãos desconhecem a Língua Brasileira de Sinais, devido ao déficit de seu ensino em escolas regulares ou na Educação Especial.

Pensando nisto mais profundamente, percebemos que além dos alunos, muitos professores desconhecem a LIBRAS ou a desvalorizam considerando que não é necessário estudá-la ou ensiná-la em uma escola regular, pois muitos deles acreditam que não irão se deparar com alunos surdos ou com outro tipo de deficiência (DAXENBERGER; SILVA, 2015). Com isso, observamos que existe a barreira da falta de formação dos professores, que não possuem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, para que haja uma implementação desta como uma disciplina na grade curricular. Visto isso, o Ministério da Educação (2018) fomenta discussões acerca do ensino de LIBRAS como recurso de garantia à inclusão, e de

fato, faz-se importante que esse tema seja discutido, para que haja uma maior compreensão acerca da temática e assim mais espaços sociais para os surdos ocuparem.

De acordo ainda com Mantoan (2003), “as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”. Pensando nisso, Araujo (2006, et. al) afirma que a inclusão escolar deve ter um sentido amplo, não incluindo apenas por incluir um aluno com necessidades educacionais especiais na sala de aula regular, mas sim adaptando a escola às necessidades dos estudantes. Logo, é a escola que deve se adaptar aos alunos, para melhor atendê-los, de acordo com a necessidade de cada um. Nesse sentido, a falta de comunicação oral torna o surdo desintegrado da sociedade ouvinte, tendo dificuldades de usufruir serviços básicos já que os ouvintes também têm dificuldades em entender a língua de sinais. Por isso, com o intuito de proporcionar um ambiente inclusivo na educação, todos os integrantes da escola deveriam aprender LIBRAS.

Assim sendo, a escola deve ou deveria incluir dentre suas disciplinas a LIBRAS, para que, desde cedo, os alunos a conheçam e a pratiquem no decorrer de suas vidas, e assim a educação seja realmente considerada inclusiva. Sabendo que durante a infância o indivíduo está começando sua formação e está mais suscetível às mudanças, o ensino de LIBRAS facilitaria o processo de inclusão social (DAXENBERGER; SILVA, 2015).

O ensino de LIBRAS vem sendo reconhecido como caminho necessário para uma efetiva mudança nas condições oferecidas pela escola no atendimento escolar desses alunos, por ser uma língua viva, produto de interação das pessoas que se comunicam. Essa língua é um elemento essencial para a comunicação e fortalecimento de uma identidade Surda no Brasil e, dessa forma, a escola não poderia ignorá-la no processo de ensino aprendizagem (BASTOS, 2017).

Desse modo, apesar dos avanços conquistados pelos surdos, muito ainda se tem a fazer, visto que em muitas escolas, os professores ainda não estão totalmente preparados para ter um aluno com deficiência auditiva em sua classe, não só pela falta do domínio com a língua de sinais, mas pela falta de materiais didáticos (mapas de lugares, vídeos explicando experiências de fórmulas científicas, e outros) que possam ajudar os educadores quando forem explicar ao um aluno que precisa de manifestações visuais, para que tenham um bom entendimento do que é compartilhado em aula.

A burocratização da Língua de Sinais: o que o espaço escolar tem a ver com isso?

Para iniciarmos discussões em torno dos direitos e acessibilidades das pessoas surdas, bem como, sobre o modo como são consideradas na atualidade pela sociedade, é necessário considerarmos os pressupostos que envolvem processos históricos vinculados às lutas dessa comunidade para maior visibilidade e para desconstruções de estereótipos que naturalizam preconceitos e discriminações.

Dessa forma, os sujeitos surdos, durante anos, na história brasileira, foram considerados incapazes de passar pelo processo educativo a fim de realizar atividades pressupostas na educação formal e foram impossibilitados de serem sujeitos ativos e pertencentes à sociedade de forma efetiva. Keller e Macy (2017, p.1) afirmam que “os surdos sofreram segregação, perseguição, exclusão e em alguns lugares perderam o direito de viver, simplesmente por serem diferentes da maioria (normal/ouvinte)” .

A sociedade em geral, por muito tempo, considerou o sujeito surdo digno de pena e compaixão, inferior aos ouvintes em todas as áreas do conhecimento. Assim, podemos afirmar que a educação dos surdos se constitui processual no sentido dessa comunidade ter lutado para garantir o direito do uso da Língua de Sinais, bem como serem considerados sujeitos capazes de desempenhar atividades cotidianas e a independência, como afirmam Mori e Sander (2015):

Outrora vistos como pessoas de segunda classe, discriminados e segregados sob todas as formas sordidas, as pessoas surdas sobreviveram com sua língua, sua cultura e identidade, provando sua competência e poder de decidir a melhor forma de educação que lhes deveria ser oferecida (MORI e SANDER, 2015, p. 2).

Segundo Guedes (2012), a educação dos surdos se iniciou pela atuação do pedagogo Pedro Ponce de Leon (1520-1584), Monge Benedito, que se interessou em pensar o sujeito surdo de forma diferenciada da sociedade, assim “investiu esforços no ensino de surdos para demonstrar que os mesmos eram capazes de desenvolver suas faculdades mentais”:

O monastério de Onã, onde Ponce de Leon trabalhava com surdos nobres, atraiu muitos outros surdos. Embora a intenção não fosse à formação de grupos surdos, esse movimento os reuniu em um mesmo espaço, propiciando que as crianças surdas compartilhassem gestos caseiros, transformando-os em uma comunicação possível entre elas dentro daquele espaço educacional (GUEDES, 2012, p. 10).

Dessa forma, podemos afirmar que esse momento se constitui fundamental no processo educativo na vida dos surdos, pois possibilita o encontro entre os seus pares que

buscaram desenvolver a comunicação visual e gestual da língua, apesar de não ser uma articulação política, mas marca a história por estabelecer a relação de vivências dos procedimentos que pertencem às experiências visuais (GUEDES, 2012).

No Brasil, a educação dos surdos começa a ser idealizada a partir das concepções e iniciativas de Dom Pedro II, em 1857, quando ocorre a Fundação do Imperial Instituto Surdos-mudos (GUEDES, 2012). Um dado interessante e curioso a ser pensado e analisado é que, nesse período histórico, as primeiras instituições que foram criadas destinavam-se aos sujeitos deficientes auditivos e visuais na crença de que esses ambientes poderiam contribuir para se adaptarem em procedimentos pedagógicos que eram mais simples e inferiores em relação aos métodos educacionais das pessoas ditas “normais”.

Em um longo processo histórico, a surdez foi compreendida e vista por perspectivas que descaracterizaram o ser surdo, classificando-o em ideias errôneas e proporcionaram a compreensão deturpada do verdadeiro sentido do que se pode compreender em relação às singularidades que compõem esse sujeito. Duas perspectivas que contribuíram para que a sociedade e o ambiente escolar compreendessem tais sujeitos de forma descontextualizada foram: A educação Especial e a Medicina social, pois essas instâncias encontraram no lugar científico uma maneira de classificar os sujeitos a partir de parâmetros de normalidade e dessa forma criaram um campo de sujeição, como afirma Guedes (2012):

(...) A educação especial e a medicina social, desde os primórdios da institucionalização dos “deficientes”, encontrou-se respaldo científico para melhor classificar esses sujeitos com base em supostos parâmetros de normalidade, criando e mantendo um ritual perverso como base sustentadora desse ciclo de sujeição. (GUEDES, 2012, p. 14).

Ao refletir sobre o art. 2º da mesma lei, que diz: “Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização correntes nas comunidades surdas no Brasil” (BRASIL, 2012), vemos a relevância de que a língua em questão seja difundida pelo ensino regular, o meio mais eficaz para o reconhecimento social da mesma.

Para Bastos (2017), a sociedade está constantemente em transformação e essas mudanças demonstram como as desigualdades sociais estão presentes no cotidiano. Por outro lado, as reflexões em torno dessas diferenças possibilitam aos grupos buscarem formas de minimizá-los à procura de uma sociedade menos excludente, que valorize os indivíduos

inferiorizados. Dessa maneira, o campo da educação pode contribuir de forma significativa para que essas reflexões adentrem nesses espaços e realmente façam diferença na vida dos indivíduos:

Quando compreendemos a escola como reflexo dessa sociedade de mudanças e vice-versa, percebemos que, se uma se transforma, imediatamente a outra corresponde. Atualmente somos amparados por várias legislações que defendem uma educação mais igualitária para todos, segundo elas, a educação deve considerar a pessoa de forma integral, favorecendo seu desenvolvimento global com fins a sua inclusão em todos os segmentos da sociedade (BASTOS, 2017, p. 4).

Dessa forma, compreende-se o ambiente escolar como peça primordial para que a sociedade apreenda os pressupostos que envolvem o surdo, bem como, a língua de sinais. Entretanto, ao nos referirmos a um ambiente educacional que amplie seus horizontes para pensar LIBRAS como disciplina curricular da educação básica é necessário que políticas pedagógicas e as propostas curriculares, considerem as diversas identidades, as diferenças e o multiculturalismo. Para além disso, em relação à educação da comunidade surda é preciso potencializar aspectos culturais da surdez em relação à diferença da cultura hegemônica ouvintistas (BASTOS, 2017, p.4).

Ao refletirmos sobre a possibilidade de que a LIBRAS se constitua como uma disciplina curricular da educação básica, entendemos a grande influência da educação na instância social. Portanto, para Freire (1997) “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Assim, ratificamos que os processos que vinculam a educação e surdez estão entrelaçados nas questões sociais e quando nos referimos ao ensino-aprendizagem de sujeitos surdos, afirmamos que esse é um processo que precisa acontecer no ambiente escolar para um reconhecimento efetivo da língua, assim como, da cultura e da identidade surda, pela sociedade.

Metodologia

A presente pesquisa foi desenvolvida seguindo uma metodologia do tipo qualitativa de natureza descritiva. Segundo os autores Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p.61), o modelo de pesquisa qualitativa descritiva permite: “conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto individualmente como em grupo e/ou de comunidades mais complexas”. A pesquisa se deu através de revisão bibliográfica de análise de conteúdo e de relato da experiência

vivenciada por duas estudantes ouvintes das quais serão denominada I. R. e T. F., como anteriormente mencionado, para garantir o anonimato das mesmas. Lembrando que, de acordo Bardin (2006, p. 38), a análise de conteúdo consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

As experiências ocorreram em alguns ambientes pré-selecionados, tais como restaurantes, conduções coletivas, lojas de bolsas, galerias e farmácias, situados no Município de Vitória da Conquista – BA. O relato evidencia a realidade de muitos surdos ao frequentarem os diversos espaços de interação social. Cremos que isso ocorra pelo desconhecimento da língua de sinais e/ ou a ausência de um profissional intérprete, nos mais diversos seguimentos sociais pelos quais um sujeito surdo passa, no cotidiano. Vale lembrar que as experiências ocorreram em dias alternados e foram descritas como relatos de experiências e posteriormente analisadas.

Discussão e Análise

Nesta sessão, apresentamos vivências realizadas em espaços sociais, sobretudo, estabelecimentos comerciais do Centro de Vitória da Conquista – BA, e buscamos, por meio de tais experiências, expor o modo como se materializam os diversos discursos sobre a surdez e os sujeitos surdos nesse processo de convivência com pessoas ouvintes. Dessa maneira, as estudantes I.R e T.F, ouvintes, estudantes de LIBRAS se manifestaram nesses ambientes como surdas, com o intuito de investigar reações discursivas no que diz respeito ao entendimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e o efetivo atendimento de sujeitos ouvintes às pessoas surdas.

De início, a primeira experiência que justifica o estudo empreendido se concretizou em um transporte público (ônibus) em que as discentes I.R e T.F dialogam em LIBRAS, e logo percebem que alguns passageiros começam a olhar e comentar entre si sobre a forma de comunicação. Assim sendo, as alunas continuam a conversa, na intenção de tornarem verossímil a ideia de pertencerem à comunidade surda e como tal, estarem isentas do que se passa entre os ouvintes. Nesse interim, alguns adolescentes se manifestaram, produzindo discursos naturalizados e inadequados sobre o modo como que são feitos os sinais em LIBRAS, acompanhados de muitas gargalhadas. Reproduzimos aqui alguns exemplos de suas falas: *“olha as caras que elas fazem para conversar!”*. *“Eu vou gritar bem alto, quero ver se*

elas não me escutam!”. “*Eu vou falar uns palavrões para elas me escutarem*”. Portanto, depois desses comentários, muitas discussões diferenciadas surgiram entre os passageiros de ônibus, pois alguns riram e, por outro lado, outros cobravam respeito aos adolescentes, principalmente pelo fato de acreditarem que as estudantes não podiam escutar, de fato, e de certa maneira, estavam impossibilitadas de se defenderem.

Desse modo, pode-se afirmar como o desconhecimento da Língua de sinais tem feito com que sujeitos surdos continuem a ser discriminados e vistos como inferiores aos ouvintes. Mota (2014) afirma que “atualmente o surdo tem conquistado o seu espaço, mas ainda existem limitações impostas, a exclusão ainda ocorre em um grau bastante elevado (...), apesar da aprovação da lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que reconhece o potencial expressivo que a língua manifesta (BRASIL, 2002) o entendimento social não nos parece ter mudado muito a respeito da cultura e da identidade surda.

Assim sendo, acreditamos que propor LIBRAS como disciplina Curricular na educação básica promoverá um conhecimento significativo tanto para alunos quanto para a sociedade de modo geral, pois como afirma Silva e Daxenberger (s.d):

Muitos alunos e cidadãos desconhecem a Língua Brasileira de Sinais, devido ao déficit de seu ensino em escolas regulares ou na Educação Especial. Pensando nisto mais profundamente, percebe-se que além dos alunos, muitos professores desconhecem a LIBRAS ou a desvalorizam considerando que não é necessário estudá-la ou ensiná-la em uma escola regular, pois muitos professores acreditam que não irão se deparar com alunos surdos ou com outro tipo de deficiência (SILVA e DAXENBERGER, s.d, p. 1).

Para efetiva comunicação dos surdos na sociedade é necessário que os cidadãos encarem o aprendizado a LIBRAS como oportuno para concretizar a verdadeira participação destes sujeitos na sociedade. Nesse caso, o educador precisa investir em formação continuada para garantir o ensino-aprendizagem dos alunos surdos, pois não é válido pensar que se deve aprender LIBRAS apenas quando se tem um aluno surdo em sala de aula, mas saber que é necessário investigar métodos que garantem aprendizado das diversas especificidades dos sujeitos.

Dessa forma, a primeira vivência que as discentes realizaram pode contribuir para que ambas sentissem um pouco das dificuldades que perpassam o cotidiano dos indivíduos que compõem a comunidade surda, bem como, proporcionar o desejo de continuarem realizando outras experiências em outros espaços sociais e compartilharem essas vivências por meio deste estudo.

Dando continuidade, a segunda experiência realizada foi em uma galeria, na qual as discentes estavam conversando naturalmente, e um rapaz se aproximou, e fez um comentário: “Lindas”. No entanto, o rapaz, após perceber que a língua que norteava o diálogo era LIBRAS, disse: “São bonitas, mas são surdas”. O discurso materializado na fala do sujeito ouvinte emocionou as discentes, pois puderam refletir como as questões de estereótipos e processos de normalizações estão muito presentes na vida dos indivíduos que compõem a sociedade e, de certa forma, trazem discriminação e falta de respeito ao próximo.

Sabemos que a mulher ouvinte sofre violência verbal cotidianamente, e com as mulheres surdas, essa violência ainda se torna mais expressiva e, dessa forma, mais absurda, como podemos verificar no comentário machista do sujeito. Como diz Vieira (et al 2014, p. 1) “percebe-se que a sociedade ainda vive seus tabus em relação a mulher surda, não contribuindo para inclusão da mesma.

À vista disso, a terceira experiência ocorreu em uma loja de bolsas, em que as estudantes adentraram o espaço e fizeram comentários dos preços, das cores, e esperaram que um funcionário viesse atendê-las. O funcionário, por sua vez, se aproximou um pouco constrangido e, apesar de não saber LIBRAS, tentou manter uma comunicação e se fazer compreensível nesse contexto de venda. Assim afirmamos que independentemente de o atendimento ter ocorrido de forma considerável e relativamente compreensível para um surdo, o sujeito ainda precisa se atentar para a necessidade efetiva do aprender a LIBRAS, para comunicação real dos sujeitos surdos.

A quarta e última experiência foi realizada em uma farmácia, na qual as discentes entram conversando e notaram certa inquietação dos funcionários. De fato, eles não conseguiram manter uma comunicação dentro da normalidade, por não saberem LIBRAS e demonstraram nitidamente uma preocupação em atender às pessoas “surdas”. Uma das discentes reproduziu os sinais referentes à dor de cabeça, de maneira adequada ao entendimento de uma pessoa sem conhecimento da LIBRAS. A farmacêutica ficou muito desorientada e olhou atônita afirmando não entender e, por outro lado, outro funcionário, disse a ela para dar um papel para que a discente escrevesse, assim sendo, a discente escreveu no papel e a farmacêutica mostrou o remédio, mas não tentou outro método de comunicação.

Diante do exposto, ao considerarmos esta quarta e última e experiência, indagamos: Como é para os sujeitos surdos, com todas as suas lutas históricas e dificuldades para se sentir pertencentes à sociedade, passar por momentos em que é visível que as pessoas ouvintes não

têm conhecimento nenhum da sua cultura, da identidade e tampouco da língua utilizadas por eles?

Considerações Finais

As experiências descritas neste estudo permitiram perceber que, nos espaços sociais selecionados, as pessoas não conhecem a Língua Brasileira de Sinais. Conforme Araújo et al (2017), o desconhecimento da língua de sinais por profissionais e pessoas em geral, pode gerar na pessoa com surdez, sentimentos de angústia, medo e frustração.

As interações nos espaços escolhidos acabaram se limitando unicamente a garantir o objetivo (um orçamento, uma compra). Os contatos estabelecidos nessas situações foram bastante restritos, devido aos problemas de comunicação, que estiveram presentes de forma significativa. Dessa maneira, percebemos que os grupos sociais não reconhecem a diferença linguística e nem mesmo os direitos da pessoa surda.

Os resultados obtidos com a experiência no meio social permitiram-nos a constatação da inexistência da compreensão da LIBRAS pelas pessoas ouvintes interpeladas no processo. Diante da falta de conhecimento da língua de sinais, as pessoas acabam enfrentando também muitas dificuldades ao atender surdos, principalmente, aqueles que não estão acompanhados de alguém que possa se comunicar por eles, e isso tornou evidente nas vivências descritas. Com isso, percebemos uma carência de fomentação de discussões e intervenções que permeiam tal temática, bem como, as consequências da não inserção da disciplina LIBRAS na educação básica, por exemplo.

Portanto, os obstáculos encontrados no atendimento da comunidade surda, em sua maioria, possuem cerne na barreira comunicacional, por isso, percebemos a grande falta de serviços quando se trata de indivíduos com surdez (ARAÚJO, et al, 2017). Tendo isso em vista, Araújo (et al 2017) afirma que a grande maioria da população surda se encontra excluída da escola, impossibilitando o aprendizado básico, bem como a formação de contatos sociais nesse meio, o que evidencia a precariedade das políticas públicas direcionadas a comunidade surda e que se reflete diretamente nos resultados que obtivemos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Amanda. et al. **Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v19n3/1982-0216-rcefac-19-03-00395.pdf>>. Acesso em 21 de março de 2019.

BASTOS, Eulânia Maria Ramos. **A LIBRAS como Disciplina na Educação Básica: Uma Pesquisa com Professores da Rede Estadual de Caxias – MA.** 38ª Reunião Nacional Anped. Democracia em risco: A pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência. São Luís – MA, 2017.

BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

CHIZZOTTI, A. (2006). **Pesquisa em ciências humanas e sociais** (8a ed.). São Paulo: Cortez.

DAXENBERGER, Ana Cristina; SILVA, Merlânia **ensino de libras para alunos da educação básica por meio de uma ação extensionista.** Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA7_ID3165_17082015010039.pdf>. Acesso em 22 de março de 2019.

Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, 2006. Disponível em: <<http://www.feneis.com.br>>. Acesso em 01 de março de 2019.

FILHO, Sebastião; MOTA, Suellen; TAVARES, Willy. **O preconceito na educação dos surdos.** Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/o-preconceito-na-educacao-dos-surdos/69686>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FRONZA, Cátia; MUCK, Gisele. **Usando as chaves dos conceitos sobre concepções quanto ao ensino e à aprendizagem de língua por surdos**. In: LOPES, Maura (org.). *Cultura Surda & Libras*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2010. p. 89.

GUEDES, Betina S. **Educação de Surdos: Percursos Históricos**. In: *Cultura Surda e LIBRAS* / Adriana da Silva Thoma ... [et al.]; Maura Corcini Lopes (org) – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2012.

KELLER, Hellen Adams & MACY, Anne Sullivan. **A História dos Surdos**. Disponível em: <http://mirandalibrassemfronteiras.weebly.com/-histoacuteria-dos-surdos.html> Acesso: 04/01/2018.

KRAEMER, Graciele Marjana. **Identidade e Cultura Surda**. In: *Cultura Surda e LIBRAS* / Adriana da Silva Thoma... [et al.]; Maura Corcini Lopes (org) – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2012.

LOPES, Maura Corcini. **A mediação material e sógnicano processo de integração de crianças surdas**. In: SKLIAR, Carlos et al. (org.). *Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 58-74.

MACHADO, Paulo César. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

Ministério da Educação. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. 4. ed. / elaboração profª Daisy Maria Collet de Araujo Lima –Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC,Secretaria de Educação Especial, 2006.

Ministério da Educação. **Pessoas com surdez: Ensino de Libras é recurso que garante a educação inclusiva.** <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/205-1349433645/56981-ensino-de-libras-e-recurso-que-garante-a-educacao-inclusiva>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo.** Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acessado em 13 de março de 2019.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro & SANDER, Ricardo Ernani. **História da Educação dos Surdos no Brasil.** Seminário de Pesquisa do PPE. Maringá, 2015.

MOTA, Paola Rodrigues. **Inclusão: O Sujeito Surdo na Sociedade Brasileira.** CINTEDI: Congresso Internacional de Educação e Inclusão. Práticas Pedagógicas, Direitos Humanos e Interculturalidade.

RODRIGUES, Graciela; ANTUNES, Helenise Sangoi. **Alfabetização de surdos: apontando desafios.** Cadernos de Educação Especial, Santa Maria, v. 1, n. 21, 2003.p.23-29

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos.** São Paulo: Paulinas, 2006.

SANTANA, Eline. **O direito a comunicação: as Libras e os desafios da educação dos surdos.** Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/odireitoacomunicacao-aslibraseosdesafiosdaeducacaodossurdos.pdf>> Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

SILVA, Merlânia Lino da & DAXENBERGER, Ana Cristina Silva. **Ensino de Libras para Alunos da Educação Básica Por Meio de Uma Ação Extensionista.** II CONEDU: Congresso Nacional de Educação.

SKLIAR, Carlos. **Uma perspectiva sócio - histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos.** In: SKLIAR, C. (org.). Educação e Exclusão. Porto Alegre: Mediação, 1997.

VIEIRA, Miancy Eldine, et al. **A Mulher Surda e Suas Relações de Gênero e Sexualidade.** CONEDU: Congresso Nacional de Educação, 2014.

WITKOSKI, SÍLVIA. **Educação de surdos e preconceito - bilinguismo na vitrine e bimodalismo precário no estoque.** Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2011/d2011_Silvia%20Andreis%20Witkoski.pdf>. Acesso em 02 de março de 2019.

WITKOSKI, SÍLVIA. **Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavrafalada.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a12.pdf>>. Acesso em 02 de março de 2019.